

**14 A 19 DE NOVEMBRO DE 2007**

## **DECLARAÇÃO DE BARCELONA\***

### **III CONGRESSO MUNDIAL SOBRE OS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA**

*Durante os dias 14 a 19 de Novembro de 2007, no marco do III Congresso Mundial sobre os Direitos da Infância e da Adolescência, realizado na cidade de Barcelona, Espanha, reunimo-nos cento e trinta e quatro crianças e adolescentes de mais de 20 países para trocar opiniões, ideias e propostas à volta de temas do nosso interesse. É por isto que queremos expor as nossas considerações e conclusões sobre os seguintes temas: POBREZA, SAÚDE, MAU-TRATO, IDENTIDADE, EDUCAÇÃO e PARTICIPAÇÃO.*

#### **1.- POBREZA**

As diferentes realidades de pobreza são muitas. Hoje, depois de as analisar, nós, crianças e adolescentes, chegámos a uma firme conclusão de que se podem chegar a evitar.

Só há uma forma de fazê-lo, se todos juntos participarmos, talvez a pobreza se chegue a erradicar.

Ao ver a pobreza como um problema, hoje, este facto também se transformou numa desculpa e perante isto somos nós que temos a solução.

Em seguida apresentamos cinco aspectos da pobreza que foram analisados durante o congresso, e destes nasce também algo que deve mudar para o seu devido cumprimento.

---

\* Tradução e adaptação de Raquel Rei e M. Rosário Rodrigues

## **Pobreza: Violação dos direitos humanos**

- Investimento por parte dos governos para a capacitação devida dos progenitores.  
Isto inclui a formação profissional e a pessoal. Acabar com a guerra, investir este dinheiro em meios de trabalho e oportunidades de estudo. Os Países encontram-se na obrigação de promover a participação activa na construção da paz.
- Em cada nação devem-se manifestar organizações de ajuda a distintas realidades de crianças e adolescentes (mau-trato físico ou psicológico, trabalho infantil, etc.).
- Difusão dos direitos humanos com o fim de garantir o conhecimento e respeito para sentir que se fala com fundamento.

## **Pobreza: Qualidade de Vida**

- Garantir que os progenitores cumprem com as suas obrigações para com os seus filhos.
- Procurar que a denúncia contra os exploradores seja realmente verdadeira. Para este fim os governos devem encarregar investigações reservadas, de maneira a que os resultados não sejam influenciados pelo ambiente à volta.
- Proporcionar saúde através de centros médicos em lugares de extrema pobreza.
- Proporcionar educadores que possam transmitir os seus conhecimentos em lugares onde o analfabetismo é constante.

- Todas as organizações deveriam oferecer um lugar de acolhimento a quem necessite; isto ajudaria a proteger as crianças e os adolescentes, a viver com segurança e a não passar fome.

## **Pobreza: Desculpas e Problemas**

Consigamos que esta Declaração seja um ponto de partida para o que queremos alcançar, UM MUNDO IDEAL PARA AS CRIANÇAS. Erradiquemos do nosso mundo a ideia de tomar a pobreza como uma desculpa de abuso e aceitemos que é um problema, e como tal deve ser solucionado no menor espaço de tempo possível. Deste modo:

- Garantir os recursos necessários para todas as famílias para que possam ter uma vida digna e porque desse modo as crianças e adolescentes possam assistir a aulas numa escola.
- Os Governos têm a obrigação de garantir a inserção laboral.
- A pobreza é um problema mundial e todos temos como meta acabar com ela, pelo bem-estar de quem somos no presente e também pelo futuro.

## **2. SAÚDE**

A saúde é um direito básico para o bom desenvolvimento das pessoas. Também influencia a felicidade: se uma Pessoa não tem saúde é muito difícil que se sinta bem consigo mesma e com a sociedade.

Á diferença é do problema da desnutrição, que se produz em muitos países em vias de desenvolvimento, para nos países ricos nos

Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

encontrarmos, em troca ,com o problema da má nutrição e da obesidade.

As crianças e adolescentes de todo o mundo têm direito a uma atenção médica de qualidade e cuidados que assegurem o seu crescimento e bem-estar dentro da sociedade.

Os serviços de saúde existentes não garantem a segurança das crianças e dos adolescentes no que diz respeito à saúde. Em alguns países ou nações, a atenção nos centros médicos só se encontra nas zonas rurais ou centrais, deste modo, as pessoas que vivem fora destas áreas geralmente não contam com os recursos necessários para alcança-los.

A discriminação, tanto profissional como social, direccionada a pessoas que sofrem de Doenças Infecciosas de Transmissão Sexual chega a ser tão grave que acabam por não valorizar a sua vida. O problema é a falta de informação da sociedade perante estas pessoas. É por isso que se deveriam utilizar diferentes métodos cujo objectivo seja a sensibilização do resto da sociedade.

A higiene é uma ferramenta fundamental para a prevenção de diversas doenças muito comuns nas crianças e adolescentes.

Um dos deveres do governo é criar orçamentos específicos e adequados direccionados aos direitos da infância e manter uma estabilidade social.

Centrando-nos nos direitos da Infância e da adolescência propomos:

- Ao governo que invista mais fundos na saúde, que favoreça a investigação médica para que de esta maneira toda a população tenha direito a receber uma atenção médica de primeira qualidade, sem importar a religião, idade, sexo, cor ou qualquer outra condição.

- Que se impulsione a elaboração de leis que apoiem o desenvolvimento da atenção médica e que assim se reflita na Constituição de cada país.
- Conscientização do uso do preservativo e melhora das condições de higiene. Mais informação em modos de prevenção, perigos, etc. Pedimos ajudas para conseguir a gratuidade dos diferentes métodos anticonceptivos.
- Criação de programas que fomentem a informação e publicidade, através de materiais didáticos e recreativos em escolas, centros de trabalhos, famílias, etc. que tenham como objectivo principal a prevenção para que não exista desinformação.
- Criação de centros de saúde com áreas especializadas para estes temas, criando um tratamento mais adequado e respeitoso, favorecendo a acessibilidade dos hospitais e centros médicos, superando a precariedade de estes.
- Exigimos aos governos ou grandes companhias, o pôr em prática programas de alimentação sã e equilibrada.
- Os países desenvolvidos deveriam ter um compromisso mais firme nos programas de cooperação internacional para o desenvolvimento de forma integral, respeitando todos os direitos das crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Agregando a estes, programas de seguimento e avaliação, desenvolvidos de forma conjunta, para uma aprendizagem partilhada.
- Deveria ser direito básico de crianças e adolescentes ter um seguro médico e tratamento gratuito, mais medicamentos e vacinas. Todos os medicamentos e vacinas deveriam ser gratuitas. Toda a criança

Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

ou adolescente deve ter direito a uma revisão médica gratuita e periódica.

- Fazer um estudo das zonas rurais ou afastadas que carecem da atenção médica para que deste modo o governo possa pôr em marcha um plano de acção cujo fim seja o de fazer chegar os recursos necessários e incrementar os subsídios dedicados à atenção médica. Para poder garantir a saúde e a higiene é fundamental que todo o mundo possa aceder a água potável. Portanto, deve fazer-se chegar água potável a todos os lugares em qualquer país ou nação.
- Que as crianças e adolescentes possam expressar a sua opinião nos municípios e governos locais assim como na elaboração participativa dos orçamentos da saúde.

### **3. MAU TRATO**

O mau trato infantil e a violência infantil quotidiana pela qual atravessamos muitas das crianças e adolescentes do mundo, são factores negativos que influenciam de maneira determinante o desenvolvimento das nossas capacidades físico-mentais.

O mau-trato infantil gera condições de insegurança e impede um correcto desenvolvimento no âmbito social, reduzindo, de tal maneira as possibilidades de inter relação com o nosso meio à volta.

Expressamos:

- Muitas crianças e adolescentes a nível mundial não conhecem que são sujeitos de direito, porque não contaram com um processo de informação sobre os mesmos, para além do pouco interesse que existiu por parte da sociedade adulta.

**Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007**

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

- A maioria dos casos de mau-trato infantil são por parte dos progenitores nas casas das crianças e adolescentes, o que gera a nossa preocupação, já que é em nossas casas onde principalmente se devem gerar condições de uma convivência segura e saudável para todos.
- Não existem espaços de inter relação e apoio familiar por parte das instituições e governos locais para o desenvolvimento de uma consciência de educação familiar activa e permanente.
- As condições “laborais” nas quais se efectua o trabalho infantil não garantem a segurança e o cumprimento dos direitos estabelecidos na Convenção sobre os direitos das crianças, além dos tratados internacionais.
- Muitas das crianças e adolescentes emigrantes foram sujeitos de violência física, psicológica e sexual, além das demais situações deploráveis pelo facto de ser emigrantes, quando a Convenção estabelece que os direitos são inatos e não têm fronteiras nem limitações.
- Em países onde a adopção é reconhecida como permitida, apresentaram-se casos de adopção por parte de redes de pornografia e outras que nos expõem a situações que atentam contra a nossa integridade moral e psicológica.
- O mau-trato é infelicidade e retrocesso.
- Alguns progenitores possuem uma consciência errada, contraditória e uma formação de valores e familiar pobre.
- As crianças e os adolescentes sem abrigo são submetidos diariamente a abusos e maus-tratos pela sua “situação”.

Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

- Nos países onde se acolheu grande quantidade de crianças e adolescentes emigrantes, os problemas e diferenças sociais, económicas e raciais geram violência psicológica e física (por exemplo o bullying).
- Muitos de nós não temos acesso a uma alimentação adequada, especialmente as crianças dos países extremamente pobres; factor que impede que possamos crescer de forma saudável e que constitui uma forma indirecta de violência.
- Existe uma grande percentagem de adolescentes grávidas como consequência do mau trato por violência sexual.

### **PARA TODAS ESTAS PROBLEMATICAS PROPOMOS AS SEGUINTE SOLUÇÕES:**

- Que as instituições governamentais garantam a formação especializada que informe dos direitos das crianças e adolescentes, onde todos participem, sobretudo a infância e a adolescência.
- Que a sociedade junto com as autoridades respeitem mediante decreto ou lei os emigrantes sem importar a sua condição legal para obtenham segurança desde a sua chegada à região.
- Que os centros de protecção de menores sejam temporais e garantam um bom trato.
- Finalmente manifestamos, que existem atitudes encontradas em dois temas que nos ocupam e preocupam. Em primeiro lugar, em relação ao trabalho infantil não se conseguiu consensualizar uma única visão do fenómeno; entre aqueles que advogam pelo direito da infância e da adolescência a um trabalho digno; e os que pensam, pelo contrário, que o trabalho infantil deve ser erradicado. Em segundo lugar tão pouco se conseguiu uma opinião unânime em matéria de interrupção voluntária da gravidez.

## 4. IDENTIDADE

Quando falamos de crianças e adolescentes devemos entender que se tratam de pessoas em processo de formação. Isto faz referência a que nós temos a nossa identidade, a qual se compõe de deveres e de direitos. Cada um constrói a sua própria identidade durante o processo de desenvolvimento à medida que matura o seu sentido crítico. Nós somos os construtores da nossa própria identidade, mas isto está também intimamente ligado às pessoas que nos rodeiam e às oportunidades que temos.

Com base nisto propomos:

- Ninguém deve ser discriminado por nenhum motivo. Todos devemos respeitar e ser respeitados.
- Criar espaços de comunicação entre culturas reconhecendo que todos deveríamos ser nós mesmos com a nossa própria cultura e religião onde queira que estejamos.
- Deve reconhecer-se às crianças e aos adolescentes o exercício da democracia, aprender a escolher representantes, discutir os problemas da sua região respectiva e cidadania, e que todos tenhamos o direito a participar sem nenhuma discriminação.
- Todas as crianças têm o direito a ser inscritos no registo civil.
- É importante informar as famílias do direito das crianças a ser registados para que se possam exercer os seus direitos. É tarefa do

**Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007**

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

governo ir às cidades e aldeias para facilitar às famílias esta inscrição que deveria ser gratuita e de acesso a todas as pessoas.

- A educação deve ter em conta a origem da pessoa, já que a educação é a base da identidade, do que nos define. O reconhecimento da identidade passa pela tolerância e respeito das outras identidades.
- A família tem um papel fundamental na vida das crianças e adolescentes para dar umas noções básicas de socialização.
- O governo deveria garantir a protecção e desenvolvimento das minorias étnicas para que não sejam sujeitas a pressões económicas e possam conservar a sua identidade.
- Que as identidades e mostras culturais dos nossos países não sejam tomadas como objectos de exibição e meios para obter lucros económicos.
- Que se incentive o intercambio cultural, não como uma absorção, mas como um conhecimento mutuo.
- Teria que se conceder espaços de representação política às diferentes culturas.
- Garantir que os espaços onde as minorias vivem se mantêm e não sejam destruídos por interesses económicos e políticos.

## **5. A EDUCAÇÃO**

A falta de educação é a base da discriminação, da pobreza e do mau trato infantil, pelo qual uma boa educação poderia gerar um melhor desenvolvimento do mundo. Lamentavelmente, nem todas as crianças e adolescentes temos acesso a este direito para crescer e para nos desenvolvermos.

A educação nalguns países privatiza-se e isto conduz a uma diferença na qualidade da educação. O acesso fica limitado às pessoas com recursos económicos.

Somos conscientes de que actualmente a igualdade de género continua a ser um problema na educação. Em muitos países os governos não têm em conta esta situação e noutros são as mesmas famílias que não estão a ser consciencializadas.

A escola que temos hoje é uma escola que não inclui a todas as crianças e adolescentes, não estando preparada para as diversidades (culturais, sexuais, de crianças com problemas, culturas indígenas, religiões, níveis sociais), tanto no acesso como na qualidade.

A formação dos professores deve ser garantida e controlada pelas autoridades competentes.

O espaço da escola não é um espaço democrático. Está muito centralizado na figura adulta da direcção da escola. Nós, crianças e adolescentes sentimos dificuldades para organizar-nos e tomar parte das decisões.

Com base no indicado propomos:

- O Estado deve organizar que a educação seja um direito constitucional no qual se garanta uma educação laica e gratuita.
- Garantir o exercício do direito à educação.
- É necessário que se realizem mais investimentos desde o poder público ou desde o governo em educação, para dar maiores oportunidades de acesso à educação para as crianças e adolescentes.
- Que a educação se converta numa política pública de estado e não seja uma acção temporária por parte do governo.
- Que o Estado crie fontes de trabalho para gente qualificada e não qualificada, para que de esta forma os progenitores possam garantir o acesso das suas crianças à educação.
- Informação e formação actualizada aos progenitores e professores.

Desta forma, as crianças e os adolescentes exigimos que os diferentes governos do mundo se comprometam a:

- Priorizar a educação das crianças e dos adolescentes.
- Garantir um espaço de participação dentro das escolas onde as crianças e adolescentes tenham voz e voto.

Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

- Garantir uma educação de qualidade, gratuita e igual até à profissionalização, garantindo o acesso a crianças e adolescentes com incapacidades, a mães adolescentes, mães solteiras e adultos que não tenham concluído os seus estudos.
- Promover uma educação equitativa e igual com as mesmas oportunidades.
- Garantir mais fontes de trabalho para que a educação seja possível.

## **6. PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Durante estes dias tivemos a oportunidade de conhecer diferentes modelos de participação e através deles perguntamo-nos como deveria ser a participação infantil no mundo e que deveria mudar para a sua realização.

Devemos ser capazes de realizar os nossos sonhos sem pressão exterior.

Para realizar os nossos sonhos devemos crer em nós mesmos. Pedir respeito para que não nos limitem.

Devemos ser ouvidos e reconhecidos pelas autoridades. Para ser ouvido é muito importante que nós mesmos saibamos escutar.

Seria importante que nos considerassem nos espaços de representação popular. A sociedade deve conceder espaços para que as crianças e adolescentes possam participar das principais decisões políticas da sua região. Deveria escolher-se um representante por cada região para que possa ter participação activa a nível nacional e internacional.

Como consequência, a nossa proposta é a seguinte:

Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

- Deve potenciar-se que todas as crianças e adolescentes falemos, sejamos ouvidos, respeitados e com um trato igual, independentemente da nossa condição física e social.
- As crianças e adolescentes devemos estar incluídos em todas as decisões que se ponham em marcha e ser parte da avaliação dos processos de incidência política e social.
- Devem criar-se espaços de participação democrática, dinâmica e reconhecida a nível local, nacional e internacional onde todas as crianças e adolescentes possamos decidir sobre os nossos direitos, sendo os protagonistas mediante uma participação constante e responsável de adultos e de crianças e adolescentes.
- Os delegados de crianças e adolescentes, e os delegados dos adultos devem trabalhar juntos e debater de maneira honesta os temas em todas as etapas.

Tendo em conta tudo descrito anteriormente cremos que aquilo que deveria mudar nos modelos de participação actual é:

- A comunidade internacional deveria pressionar para mudar certas políticas que não favoreçam a participação, pelo que sugerimos o investimento e a formação de Conselhos Consultivos, Nacionais e posteriormente um Conselho Consultivo Mundial, além de um processo de seguimento e resoluções quanto ao cumprimento das garantias constitucionais e de direitos, assumindo ao mesmo tempo as nossas responsabilidades.
- Elaboração de documentos com propostas para as autoridades pertinentes e que essas propostas sejam ouvidas e respeitadas.
- Utilizar os meios de comunicação (social) para abrir espaços de difusão positiva de direitos da infância e da adolescência e da nossa participação em todos os níveis e espaços da sociedade

Barcelona, 14 - 19 / 11 / 2007

[www.iiicongresomundialdeinfancia.org](http://www.iiicongresomundialdeinfancia.org)

(escolas, bairros, etc.). Assim como oferecer capacidade e preparação aos profissionais desta área.

- Os organismos mundiais devem incluir todos os países de forma equitativa e democrática, e especialmente pedimos para anular as dívidas externas dos países mais pobres.
- Utilizar a educação como uma ferramenta indispensável para a participação e converte-la na voz da comunidade.
- Deveriam existir associações que formem as crianças e os adolescentes para a participação. Deste modo, todos os governos deveriam apoiar economicamente estas associações e qualquer iniciativa que de estas apareçam.

Finalmente, gostaríamos de acrescentar uma última reflexão:

**“As crianças e adolescentes temos voz e voto como protagonistas do mundo presente e futuro, recordando e melhorando os erros do passado. Somos sujeitos de direito escrevendo a nossa própria história”.**

Barcelona, a 19 de Novembro de 2007